



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2013

Polícia Civil recupera R\$ 100 mi para SE

Dinheiro “ia” para o ralo através de sonegação fiscal

Moema Lopes
DA EQUIPE JC

Em apenas quatro intervenções o Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária da Polícia Civil conseguiu recuperar para os cofres públicos do Estado de Sergipe mais de R\$ 100 milhões. O Departamento, que foi criado em 2009, tem cerca de 60 inquéritos (investigações) em andamento. Em uma dessas quatro intervenções, que foi realizada no ano passado, a empresa que estava sonegando imposto – uma fornecedora de medicamentos genéricos – chegou a pagar à vista o valor de R\$ 40 milhões. “Esse valor estava perdido e o Estado conseguiu recuperar graças ao auxílio do Departamento”, frisou a delegada e diretora do Departamento, Daniele Garcia.

Na operação com as construtoras que sonegavam impostos, desencadeada em 2009, o Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária conseguiu recuperar para o Estado a quantia de R\$ 50 milhões. Em 2012 foi a vez da empresa de representação de remédios Megafarma pagar R\$ 9 milhões ao Estado de impostos sonegados. Na última semana, integrantes do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público Estadual (MPE) denunciaram após vários meses de investigação, em esquema de

sonegação fiscal, causando prejuízos de R\$ 11 milhões aos cofres públicos.

Já na operação intitulada “Castelo de Cartas” que apurou crimes de fraudes em licitações públicas, em meados de 2011, “vários milhões que estavam sendo desviados foram devolvidos ao Estado”, disse a delegada, ao frisar que está relembando apenas os valores recuperados em algumas operações, “mas existem vários outros inquéritos em andamento, que envolvem também milhões de reais. Isso fora os casos do dia-a-dia, que a gente consegue recuperar R\$ 70 mil, R\$ 100 mil”, afirmou.

O número de processos em andamento pode parecer pequeno, mas quando calculado em dinheiro o total que deixa de entrar nos cofres públicos, o valor ultrapassa e muito a casa dos milhões de reais. São crimes contra a administração pública, ou contra a ordem tributária. “O Departamento foi criado justamente com o viés de combater a corrupção”, concluiu. Daniele Garcia lembra ainda que esse tipo de crime também afeta o desenvolvimento da sociedade. “Todas essas investigações envolvem dinheiro que estava sendo sonegado, e que o Estado deixa de arrecadar para investir no aumento do salário do servidor público, em incrementos na Saúde, Educação, etc”, lamentou. Denúncias podem ser feitas através do Disk 181. O denunciante não precisa ser identificado.